

Liberdade de iniciativa e concorrência

Casos que envolvem infrações contra a ordem econômica são recorrentes nos dias de hoje e têm impacto direto no Poder Judiciário, que busca o equilíbrio entre o interesse público e o privado. Com o objetivo de analisar criticamente as normas regulatórias e seus impactos sociais e econômicos, com fundamento no Direito Constitucional, a EMAG, em parceria com o CEDES, realizará, no período de 13 a 17 de junho, o curso “Liberdade de iniciativa e concorrência: impactos no desenvolvimento econômico”.



Especialistas da USP, CADE, FGV e outras renomadas entidades farão exposições, seguidas de debates.

O curso é credenciado pela ENFAM e aberto ao público

em geral. Haverá oficinas de trabalho exclusivas para magistrados. A direção é do Desembargador Federal Carlos Muta, Diretor da EMAG, e a coordenação, do Desembargador Federal José Marcos Lunardelli.

[Saiba mais](#)

Curso sobre direitos humanos na Europa



A cidade de Araraquara sediou, nos dias 6 e 7 de junho, o curso “Direitos Humanos na Europa”, sob a coordenação do Juiz Federal Leonardo Estevam de Assis Zanini. As aulas foram ministradas pelo professor e doutor em Direito Sven Korzilius, no auditório da UNIARA com a presença de magistrados, servidores e do público em geral

O curso analisou a evolução dos sistemas de proteção aos direitos humanos na Europa e trouxe reflexões acerca da forma como a matéria é tratada no Brasil. O estudo comparado da matéria abre a possibilidade do conhecimento de um sistema jurídico diverso, que pode apresentar problemas semelhantes e soluções aplicáveis ao Direito brasileiro.

As aulas teóricas foram ministradas na modalidade presencial, no período matutino. À noite, foram realizadas oficinas de aplicação prática do conteúdo, exclusivas para magistrados, para uma análise crítica da problemática que envolve os sistemas de proteção dos direitos humanos.

[Veja a programação](#)



1º Congresso DIREITO AMBIENTAL AGRÁRIO, PORTUÁRIO E MINERÁRIO da Justiça Federal da 3ª Região

Em tempos de atividades humanas predatórias, faz-se necessário refletir sobre a ação do homem no meio ambiente. Assim, o “1º Congresso de Direito Ambiental Agrário, Portuário e Minerário da Justiça Federal da 3ª Região” abrirá espaço para magistrados, servidores e o público em geral discutirem acerca da importância de uma legislação ambiental que sirva como limite ao mau uso dos recursos naturais. O evento, coordenado pela Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, será realizado no auditório do TRF3, nos dias 23 e 24 de junho.

[Saiba mais](#)

Audiência de custódia dá voz ao vulnerável



Alexandre de Moraes e Antonio Maria Patiño Zorz (da esq. p/ dir.)

Com a entrada em vigor da Resolução nº 213, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 1º de fevereiro de 2016, toda pessoa presa em flagrante delito deve ser apresentada a um juiz, em até 24 horas, para ser ouvida sobre as circunstâncias em que se deu sua prisão ou apreensão. Para discutir questões práticas ligadas à implementação dessa norma, a EMAG realizou, nos dias 28 e 29 de abril, o curso “Audiência de Custódia – Questões Controvertidas”.

Em sua exposição, Alexandre de Moraes, atual Ministro da Justiça, afirmou que o Brasil prende muito, mas prende mal. A audiência de custódia possibilitará ao juiz verificar se estão presentes os requisitos para manter a pessoa presa.

O Juiz Corregedor do Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO), Antonio Maria Patiño Zorz, compartilhou sua experiência na Justiça Estadual. Em sua fala, ressaltou a importância do acompanhamento do indivíduo que é solto, para que não volte a ser preso.

Na análise do Desembargador Federal Paulo Fontes, as audiências de custódia podem equacionar o contingente desproporcional de pessoas presas provisoriamente. A dificuldade de lidar com o grande número de presos no sistema carcerário também foi ressaltada pelo Procurador da República Andrey Borges de Mendonça. A seu ver, a audiência de custódia é um importante instrumento para garantir a revisão judicial do ato prisional e preservar o direito à integridade do preso.

Segundo o Juiz Federal Leonel Ferreira, que coordenou o curso, o objetivo não foi trazer verdades definitivas, mas sistematizar a compreensão dos problemas práticos que envolvem as audiências de custódia. [Assista às aulas](#)

[Leia mais](#)

ALTERAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM DEBATE

Magistrados, servidores e advogados participaram do *workshop* “Alterações do Novo Código de Processo Civil”, ministrado em 6 de abril pelo Desembargador Sérgio Shimura, do Tribunal de Justiça de São Paulo, na 26ª Subseção Judiciária de Santo André.

Os participantes tiveram um panorama acerca das alterações trazidas pelo novo código para o dia a dia do Judiciário. A Juíza Federal Marcia Uematsu Furukawa foi responsável pela coordenação do evento, que contou com o apoio da EMAG.

Questões tributárias à luz do novo CPC

Nos dias 12 e 13 de maio, o auditório do TRF3 reuniu membros da comunidade jurídica para discutir os efeitos do Novo Código de Processo Civil nas ações tributárias. Esta foi a terceira edição do Congresso de Tributação e Empresa, uma realização da EMAG em parceria com a AJUFESP – Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A abertura do evento foi presidida pela Desembargadora Federal Consuelo Yoshida, membro da diretoria da EMAG. A seguir, a advogada e professora da PUC Maria Rita Ferragut expôs o tema “Rito comum em matéria tributária”, tendo como debatedor o Procurador do Estado de São Paulo Luís Cláudio Cantanhede. O Juiz Federal Renato Lopes Becho analisou o segundo tema, “Execução fiscal tributária”. O professor de Direito Diego Diniz Ribeiro, Conselheiro do CARF, foi o debatedor.

Na palestra, Ferragut ressaltou o fato de o CPC 2015 privilegiar a segurança jurídica, a celeridade e o contraditório. Para ela, um dos maiores avanços do CPC em matéria tributária é o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), instrumento para uniformização de jurisprudência.

No segundo dia, a Desembargadora Federal Mônica Nobre presidiu a mesa. Os expositores, Desembargador Federal Nelton dos Santos, membro da diretoria da EMAG, e a Procuradora da Fazenda Nacional em São Paulo Rita Dias Nolasco, falaram, respectivamente, de “Tutela provisória em matéria tributária” e “Cumprimento de sentença tributária contra a Fazenda Pública”. O advogado Robson Maia Lins e a Juíza Federal Leila Paiva Morrison foram os debatedores.

O Juiz Federal Fernando Marcelo Mendes, presidente da AJUFESP, destacou a importância do Congresso como um espaço em que a sociedade e os magistrados podem expor seu posicionamento sobre novas questões do Direito e ter um aprimoramento profissional. Para o Juiz Federal Renato Lopes Becho, “cabe aos membros do Judiciário dar uma resposta firme para a sociedade no mesmo sentido que a sociedade indicou no Novo Código de Processo Civil. Queremos um Judiciário mais estável”.

[Assista à videorreportagem](#)





Como tornar sua comunicação eficaz

Expressar-se de forma clara na língua portuguesa é essencial para o bom desempenho de qualquer atividade que envolve a palavra. No caso da linguagem escrita, pode-se definir como claro o texto que possibilita imediata compreensão pelo leitor e não dá margem a dupla interpretação.

O curso “Estratégias para uma comunicação efetiva”, realizado entre 7 de março e 4 de abril, na modalidade a distância, abordou os elementos essenciais para escrever bem, como, por exemplo, evitar vícios de linguagem e ambiguidades, primando pela objetividade.

Dada a natureza social do serviço prestado pelo Poder Judiciário, as servidoras Clarice Michielan e Vera Emidio preocuparam-se em idealizar um conteúdo programático que contemplasse a objetividade, a adequação das palavras, a coerência e coesão textual; sempre levando em conta o destinatário final da informação: o cidadão.

Cursos como esse são essenciais. Precisamos escrever menos, com mais precisão. Parabéns!

Pedro Luis Piedade Novaes
Juiz Federal

O curso foi ótimo, muito bem organizado, e certamente será de grande valia, não só em minha atividade profissional, mas na vida pessoal, já que a comunicação é o que possibilita as relações entre as pessoas.

Ana Carolina de Paula Oliveira - Juíza Federal

Curso totalmente pertinente ao nosso trabalho cotidiano, muito adequado a nós, que precisamos escrever com coesão e coerência, sem esquecer o nosso principal alvo, o jurisdicionado.

Juliana Battagin – servidora

Curso ensina como lidar com conflitos

Diferentes pontos de vista podem tumultuar as relações interpessoais no ambiente profissional. O curso “Conflito – Construção de soluções positivas”,



realizado entre 22 de fevereiro e 17 de março, na plataforma de EAD do TRF3, teve a proposta de oferecer instrumentos para desenvolver um ambiente de trabalho harmonioso, onde todos possam contribuir com suas potencialidades.

O curso teve a tutoria das servidoras Heloísa Aguilar Hajnal e Cristine Friesen, que também idealizaram e formataram o conteúdo. Na opinião dos participantes, os exemplos concretos de situações conflituosas possibilitaram compreender e estabelecer novos padrões e práticas, para lidar com velhos problemas de modo analítico e construtivo.

Visitas a espaços culturais



Projeção da fachada lateral do Musée d'Orsay, com montagem do círculo das cores, de Chevreul, estudado pelos pós-impressionistas

O Programa de Formação Humanística da EMAG oferece a magistrados e servidores a oportunidade de participar de atividades educativas a espaços culturais. A visita à exposição “O triunfo da cor”, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB São Paulo), despertou tal interesse que as vagas destinadas ao grupo da Justiça Federal foram rapidamente preenchidas.

O CCBB oferece dois tipos de visita para os grupos agendados: uma em que o grupo percorre a exposição acompanhado por um monitor do centro cultural, que comenta as obras e esclarece dúvidas, permitindo a interação dos visitantes com as pinturas expostas. Na outra, o grupo é dirigido inicialmente a um auditório,

onde o monitor fala sobre a exposição, preparando os participantes para o que encontrarão durante a visita.

“O triunfo da cor” reúne obras-primas do Musée d'Orsay e do Musée de L'Orangerie, de Paris, apresentando artistas como Van Gogh, Toulouse-Lautrec, Gauguin, Seurat, Signac, Bonnard, Maurice Denis, Odilon Redon e Matisse, entre outros.

As três visitas realizadas no mês de maio foram organizadas pelo servidor Wladimir Wagner Rodrigues, educador dos cursos de Artes da EMAG.

Para quem não pôde participar, a exposição permanece em cartaz até 7 de julho.



Fritilárias coroa-imperial em vaso de cobre, abril-maio de 1887 - Van Gogh

Se você tem interesse em visitar um espaço cultural, envie-nos sua sugestão pelo e-mail da Escola: emag@trf3.jus.br. Na medida do possível, procuraremos incluir em nossas futuras programações.

Gostaria de parabenizar o Tribunal, em especial a Escola de Magistrados, por oportunizar experiência tão rica!

Sandra Kaori Okada

A visita foi muito positiva pela alta qualidade da exposição. Esperamos que outros eventos relevantes como esse possam ser organizados pela EMAG para o incentivo à cultura entre os servidores do TRF3.

Daniel Kiyoshi Hatanaka e Ângela Pereira de Castro

EMAG on-line

Visite a página da Escola de Magistrados: www.trf3.jus.br/emag

Publicação da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região

Diretoria:

Desembargadores Federais: Carlos Muta (Diretor)
Consuelo Yoshida, Nelson dos Santos e Paulo Sérgio Domingues

Assessora:

Marta Fernandes Marinho Curia

Diretora da Divisão de Educação Corporativa e Gestão de Acervo

Ana Mariza Vanzin

Supervisor da Seção de Publicação e Gestão de Acervo:

Wladimir Wagner

Jornalista responsável:

Clarice Michielan - MTb 23710

Redação e Revisão:

João Rodrigues de Jesus e Vera Emidio

Diagramação e Arte:

Clarice Michielan e Vera Emidio

Colaboração:

Assessoria de Comunicação - ACOM